

Um evento para reunir acadêmicos e profissionais vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

O PAPEL DO LABORATÓRIO DE ACESSIBILIDADE DA UFAL: PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA E VALORIZAÇÃO DE MINORIAS NO ENSINO SUPERIOR

Itamira Pimentel Torres¹
Gabriela dos Santos Gonçalves²

RESUMO: Este estudo ressalta a função do Laboratório de Acessibilidade (LAC), da UFAL, na promoção de uma educação inclusiva e equitativa, em consonância com as políticas governamentais e interseccionalidades que levam em conta as diversas vulnerabilidades sociais. Com o apoio do Programa Incluir, o LAC ajusta recursos acadêmicos e disponibiliza tecnologias de assistência, auxiliando na criação de um ambiente acadêmico acessível e receptivo. Ao superar obstáculos pedagógicos e arquitetônicos, o LAC oferece suporte tanto para docentes quanto para discentes, promovendo a inclusão e a saúde mental de discentes com deficiência. Esse estudo evidencia que a educação tem a capacidade e o dever de garantir os direitos humanos, acolher a diversidade, enfatizando o LAC como um exemplo concreto de como políticas de inclusão podem tornar o ambiente universitário mais justo e democrático.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva; Políticas Públicas; Inclusão no Ensino Superior; Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

Os movimentos político-sociais que lutam por uma educação inclusiva e justa conquistaram o direito à educação pública, laica, democrática e referenciada socialmente. No entanto, historicamente, existem divergências sobre o papel da educação, na formação de pessoas e na promoção da justiça social. Porém, compreende-se que garantir um acesso universal e igualitário à educação é essencial para que todos os cidadãos possam maximizar o seu potencial e contribuir para uma sociedade mais justa, inclusiva e que dê visibilidade às minorias.

Contudo, a educação moderna enfrenta desafios para a garantia dos direitos humanos devido às agendas empresariais e neoliberais, que promovem a padronização e a centralização, prejudicando a personalização e à diversidade do ensino. Isso pode marginalizar alunos com

¹ Graduanda pela Universidade Federal de Alagoas. Orcid: 0009-0008-8473-4349. E-mail: itamira.torres@cedu.ufal.br

² Graduanda pela Universidade Federal de Alagoas. Orcid: 0009-0003-6740-3779. E-mail: gabriela.goncalves@fale.ufal.br

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

 27 a 29 de novembro

 Evento online

 even3.com.br

deficiências e afetar negativamente sua saúde mental, criando estigmatização e pressão social. Portanto, uma abordagem inclusiva é crucial tanto para o desenvolvimento acadêmico quanto para o bem-estar emocional dos estudantes. Aspectos que evidenciam a necessidade de construção de políticas públicas comprometidas com a inclusão da diversidade humana nos processos educacionais.

Em 2005, o Ministério da Educação (MEC), criou o Programa Incluir (Programa de Acessibilidade na Educação Superior), com o objetivo de fomentar a criação e a consolidação de Núcleos de Acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Esses núcleos têm a missão de coordenar ações institucionais para desenvolver a inclusão de pessoas com deficiência na vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação e informação, garantindo o cumprimento dos requisitos legais de acessibilidade (MEC, 2013).

A Universidade Federal de Alagoas (UFAL) participou dos editais do Programa Incluir e foi contemplada em todos os anos. Em 2012, com a universalização do Programa, a UFAL criou o Núcleo de Acessibilidade (NAC), que atualmente está presente nos Campus A.C. Simões, Arapiraca e Sertão. Em 2020, a Proest, em parceria com a Prograd, estabeleceu o Laboratório de Acessibilidade (LAC) na Biblioteca Central do Campus A.C. Simões.

O LAC foi criado para enfrentar os desafios da acessibilidade acadêmica e oferecer soluções inovadoras. Através da adaptação de materiais acadêmicos e do fornecimento de recursos assistivos, em conformidade com a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), busca-se garantir os direitos e promover a inclusão plena e efetiva das pessoas com deficiência na sociedade (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, o programa Incluir, em parceria com o laboratório, tem como objetivo ampliar a inclusão acadêmica e assegurar a permanência dos alunos com deficiência. Além disso, o programa também se preocupa em promover a saúde mental desses estudantes,

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

reduzindo o estigma e a pressão associados às suas dificuldades, e criando um ambiente acadêmico mais acolhedor e favorável ao bem-estar emocional. Esse programa demonstra como a educação pode ser aprimorada, mediante políticas públicas de inclusão, para atender a comunidade acadêmica, promovendo um ambiente respeitador e integrado à diversidade, fundamental para o bem-estar mental e emocional de discentes e docentes.

O III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades, portanto, oferece uma excelente oportunidade para refletir sobre essas práticas inovadoras, destacando iniciativas que desenvolvem um sistema educacional mais inclusivo e justo, alinhado com os princípios de justiça social e acessibilidade. Este trabalho pretende apresentar os resultados e impactos do projeto, contribuindo para um debate mais amplo sobre o direito à educação.

OBJETIVOS

O trabalho visa atingir os seguintes objetivos:

- Refletir sobre a garantia de direitos humanos e valorizar a interseccionalidade; visando a defesa de uma educação comprometida com a integralidade da experiência humana, assegurando que as práticas inclusivas acolham a diversidade, eliminando barreiras e respeitando a dignidade de todos os alunos, com uma abordagem que valorize as interseccionalidades e os direitos fundamentais no contexto educacional;
- Destacar a experiência prática, apresentando a experiência adquirida no programa INCLUIR do LAC, incluindo as atividades realizadas e as metodologias adotadas;
- Indicar contribuições do LAC nas atividades desenvolvidas por docentes na implementação de atividades inclusivas, tornando esse processo mais efetivo, tanto para os discentes, quanto para os educadores.
- Promover a visibilidade do LAC; O III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades é um canal essencial para divulgar e aumentar o reconhecimento do Laboratório de Acessibilidade, como forma de demonstrar a relevância e a eficácia do LAC,

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

que não apenas na promoção da inclusão acadêmica, mas também no suporte ao bem-estar mental dos alunos, de modo que é fundamental para ressaltar a importância de práticas inclusivas no contexto educacional.

- Contribuir para Políticas Educacionais Inclusivas, promovendo publicidade de dados e insights que ajudem a criar políticas que respeitem a diversidade, promovendo a inclusão no ensino superior, por meio da efetividade e desafios presentes na experiência do LAC que subsidia este trabalho;
- Refletir sobre a integração de recursos assistivos, evidenciando como a integração de recursos assistivos e a capacitação oferecida pelo LAC melhoram a experiência educacional de alunos com deficiência e apoiam os docentes.

METODOLOGIA

Para alcançar os objetivos de inclusão, o LAC conta com o seguinte ordenamento, que subsidiou parte das reflexões presentes neste trabalho:

- **Solicitação de serviços:** Os interessados podem solicitar os serviços do LAC/UFAL acessando o site: https://sibi.ufal.br/portal/?page_id=3181 e preenchendo o formulário para envio com as devidas informações do material a ser adaptado, através do e-mail: lac.sibi.ufal@gmail.com ou pelo *WhatsApp Business*: (82) 3214-1480.
- **Adaptação de materiais acadêmicos:** Os materiais acadêmicos podem ser adaptados em formatos e estilos, como PDF, EPUB e DOC. Os materiais impressos passam por digitalização, enquanto os materiais digitais não acessíveis aos leitores de tela são convertidos em OCR (Reconhecimento Óptico de Caracteres). O OCR permite converter documentos digitalizados em dados pesquisáveis e editáveis. Após a digitalização ou conversão, os textos são formatados conforme as regras do Manual de Adaptação de Materiais e pela ABNT. A revisão, correção e conversão dos textos em áudio, além da audiodescrição de imagens, seguem as normas da ABNT NBR 16.452:2016.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

- **Gestão de empréstimos de materiais assistivos:** Implementou-se um sistema de gerenciamento para empréstimo de tecnologias assistivas, como softwares leitores, óculos [OrCam MyEye 2], ampliadores de tela, máquinas braille, sorobã, lupas, tablets, regletes e kindle. Esse sistema assegura que os recursos necessários estejam disponíveis para alunos com deficiência que passaram pelo processo de acolhimento pelo NAC/UFAL.
- **Treinamentos:** São oferecidos treinamentos para estudantes sobre o uso dos materiais assistivos, garantindo a correta utilização e integração desses recursos ao processo educativo. Além disso, treinamentos frequentes são realizados com os bolsistas do Laboratório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados obtidos, no presente relato de experiência, evidenciam impactos significativos na inclusão acadêmica e na prática docente, sublinhando a eficácia das ações do LAC e sua contribuição para a saúde mental de alunos e professores.

Em relação ao corpo docente, o LAC aumentou a confiança dos profissionais no acolhimento e realização de atividades destinadas aos discentes com deficiência. Aspecto importante para efetivação de coordenadas importantes para o processo ensino-aprendizagem que poderiam encontrar barreiras adaptativas sem esse apoio especializado nas práticas inclusivas.

Outra esfera importante é o do suporte material oferecido pelo LAC, que consiste na gestão de empréstimos de recursos assistivos e treinamentos oferecidos à comunidade acadêmica. Assim, instrumentos facilitadores do processo educacional são inseridos na rotina de docentes e discentes visando equidade no acesso ao conhecimento.

A adaptação de materiais e capacitações referentes a essas adaptações são outra frente importante de atividades do LAC, consistindo essencialmente na formatação de material de acordo com as necessidades apresentadas por discentes da instituição.

Um evento para reunir **acadêmicos e profissionais** vem aí



III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades

27 a 29 de novembro

Evento online

even3.com.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do Laboratório de Acessibilidade da UFAL sublinha a importância de ações práticas para enfrentar as dificuldades da educação pública na promoção da equidade e superar as limitações das políticas inclusivas padronizadas. O LAC exemplifica como implementar políticas e práticas inclusivas de forma que a educação superior seja acessível e equânime. Essa experiência, aqui, apresentada no III Seminário de Políticas Públicas e Interseccionalidades, ressalta a importância de defender e promover uma educação pública e democrática que não só respeite a diversidade, mas também fomente a equidade e o bem-estar mental dos alunos e professores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Documento Orientador. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acesso em: 13 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). Laboratório de Acessibilidade (LAC). Disponível em: <https://ufal.br/servidor/saude-no-trabalho/servicos-assistenciais/laboratorio-de-acessibilidade-lac>. Acesso em: 10 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS (UFAL). Sistema de Bibliotecas: Acessibilidade. Disponível em: https://sibi.ufal.br/portal/?page_id=3181. Acesso em: 10 set.

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 29 nov. 2024.